

**AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.942 - RO
(2019/0268899-5)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGRAVADO : MARIO SERGIO LEIRAS TEIXEIRA
ADVOGADO : IGOR HABIB RAMOS FERNANDES - RO005193
AGRAVADO : VERA LUCIA DA SILVA
ADVOGADO : WALMIR BENARROSH VIEIRA - RO001500
AGRAVADO : WALTER FERNANDES FERREIRA
ADVOGADOS : EDMAR DA SILVA SANTOS - RO001069
DANIELA ARAÚJO DE RESENDE - RO007981
ALEXANDER NUNES DE FARIAS - RO009364
AGRAVADO : WILSON GOMES LOPES
ADVOGADO : WILLIAM FERNANDES MORAES DE SOUZA -
RO005698
AGRAVADO : NOEMIA FERNANDES SALTAO
ADVOGADO : NOÊMIA FERNANDES SALTÃO (EM CAUSA
PRÓPRIA) - RO001355

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME PREVISTO NO ART. 89 DA LEI N. 8.666/1993. ELEMENTO SUBJETIVO ESPECIAL E PREJUÍZO AO ERÁRIO. INDICAÇÃO. NECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Conforme orientação desta Corte, a caracterização do delito previsto no art. 89 da Lei n. 8.666/1993 exige a indicação do elemento subjetivo especial (finalidade específica) e a demonstração do efetivo prejuízo aos cofres públicos, o que não ocorreu na hipótese, a qual nem sequer houve a descrição de tais elementos na denúncia.

2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**